

Em crítica ao modelo de democracia agonística preconizado por Mouffe (2005b, 1992, 2013), Miguel destaca que o conceito de ‘dominação’ não tem peso na reflexão daquela autora. Para Miguel, “se a dominação volta a ganhar centralidade e se a entendemos como a motriz de muitos dos conflitos políticos mais relevantes, então o antagonismo ressurge, não como a pulsão selvagem que precisa ser reconhecida para melhor ser contida, mas como uma dimensão atuante, sempre presente e positiva da prática política. (...) O antagonismo político é, assim, uma manifestação de resistência aos padrões de dominação vigentes na sociedade. (...) sua domesticação (...) significa a acomodação a esses padrões. (...) O consenso quanto aos valores básicos está sujeito às mesmas formas de manipulação (...) comuns às interações entre desiguais (...). As manifestações da política antagonista podem ocorrer dentro da institucionalidade vigente (...). Mas os grupos dominados têm incentivos para desafiar a ordem estabelecida, já que ela não é neutra, mas reflete as próprias relações de dominação. O Estado, os mecanismos da democracia representativa e o mercado de trabalho, por exemplo, operam de forma desfavorável às classes trabalhadoras, às mulheres ou à população negra, seja porque se veem em relação de dependência a diferentes formas de capital, seja porque naturalizam as assimetrias na distribuição desses capitais (...). Para os grupos dominados, os espaços preestabelecidos de ação política são brechas, conquistadas muitas vezes em embates anteriores, mas também um terreno desfavorável, orientado à reprodução das hierarquias existentes” (Miguel, 2014, p.32-34).

### 3.2 Sistema eleitoral: distritos majoritários

No sistema distrital por voto majoritário, o país é subdividido em distritos eleitorais (também chamados de colégios ou circunscrições) e para cada distrito é eleito